



**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO
AMAZONAS S. A. - AFEAM**

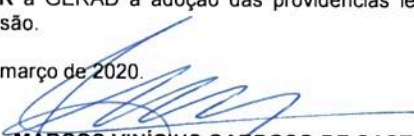
RESOLUÇÃO DA DIRETORIA Nº 21/2020

A Diretoria da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. – AFEAM, no uso de suas atribuições estatutárias, reunida nesta data por vídeo conferência, e **considerando** o exposto no Parecer GERAD Nº 46/2020 de 05/03/2020 e no Parecer Jurídico nº 27/2020 de 30/03/2020, referente à contratação de Pessoa Jurídica de direito público, especializada na prestação de serviços de publicações dos diversos atos provenientes da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A – AFEAM, com fundamento no artigo 105, § 8º, da Constituição do Estado do Amazonas de 1989; no artigo 30, da Lei nº 13.303, de 2016, e artigo 72, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da AFEAM (RILC AFEAM), bem como, a designação do fiscal do contrato com fundamento no subitem 1.2, Seção 2, Capítulo 1, do Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos,

RESOLVE

- 1. DECLARAR** inexigível a licitação para contratação de Pessoa Jurídica de direito público, especializada na prestação de serviços de publicações;
- 2. AUTORIZAR** a contratação direta da **IMPrensa Oficial do Estado do Amazonas - IO**, CNPJ: 04.164.794/0001-80, nas seguintes bases: **a) Do prazo:** 5 (cinco) anos, de 1º.4.2020 a 31.3.2025; **b) Do valor:** O valor global estimado de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais); **c) Forma de pagamento:** parceladamente de acordo com o valor de cada publicação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis em única parcela, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo responsável, acompanhada das Certidões Negativas de Débitos Trabalhistas, Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, Certidão de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros e Certidões Negativas de Débitos Tributários da Dívida Ativa Estadual e Municipal, todas em validade, tendo o valor mensal estimado de publicações em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); **d) Da dotação orçamentária:** As despesas decorrentes da celebração desta contratação inserem-se nos recursos próprios da AFEAM, não sujeitas a empenho, conforme demonstrado no Balancete Patrimonial de 31.12.2019;
- 3. DESIGNAR** a empregada **MONICA CRISTINA DA SILVA BARROS**, matrícula nº 199, atualmente Gerente Administrativa da GERAD, responsável pela fiscalização do Contrato;
- 4. DETERMINAR** à GERAD a adoção das providências legais decorrentes da presente decisão.

Manaus, 31 de março de 2020.


MARCOS VINÍCIUS CARDOSO DE CASTRO
Diretor - Presidente


JOÃO BATISTA SILVA TAVARES
Diretor de Crédito


CRISTINA COELHO DA SILVA
Diretora de Administração

Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A- AFEAM
Av. Constantino Nery nº 5.733 – Flores
Fone (92) 3655-3033/3655-3045
Ouvidoria – 0800 286 3066
e-mail: gabinete@afeam.org.br
Manaus-AM - CEP: 69.058-795

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

Razão Social: Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM.

CNPJ nº: 03.183.937/0001-38

Endereço: Avenida Constantino Nery, nº 5733, Flores, CEP 69058-795.

Município: Manaus **Estado:** Amazonas

Telefones: (92) 3655-3084 e (92) 3655-3087

2. OBJETO

2.1. Contratação de Pessoa Jurídica de direito público especializada na prestação de serviços de publicações dos diversos atos provenientes da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A - AFEAM.

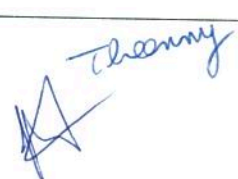
3. JUSTIFICATIVA

3.1. A Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A – AFEAM, é uma empresa pública estadual autorizada pela Lei estadual nº 2.505, de 1998, classificada como instituição financeira não bancária, subordinada à fiscalização e supervisão do Banco Central do Brasil - BACEN e organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, regendo-se pela Lei Federal nº 6.404, 1976, e pela Lei Federal nº 13.303, de 2016;

3.2. Sendo a AFEAM parte integrante da Administração Pública Indireta do Poder Executivo do Estado do Amazonas, a referida contratação se faz necessária para dar publicidade aos atos administrativos na esfera pública, sendo imprescindíveis suas publicações, conforme art. 105, parágrafo 8º, da Constituição do Estado do Amazonas.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Publicação dos diversos atos administrativos provenientes da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A – AFEAM.



5. LEGISLAÇÃO

5.1. A contratação dos serviços, obedecerá ao disposto no Art. 30 da Lei nº 13.303, de 2016.

6. PRAZO

6.1. O prazo do contrato é de 5 (cinco) anos, ou seja, de 1º.4.2020 a 31.3.2025.

7. FISCALIZAÇÃO

7.1. Durante a vigência do contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada, em todos os seus termos, por empregado designado para esse fim representando a CONTRATANTE;

7.2. O representante da CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regulamentação das faltas ou defeitos observados;

7.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da CONTRATANTE deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

8. VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1. A referida contratação será pelo valor global estimado de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), a ser pago por utilização dos serviços (publicações) pelo período de 60 (sessenta) meses, com estimativa de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) mensais. Conforme tabela abaixo:

2020		2021		2022		2023		2024		2025	
Mês	R\$	Mês	R\$	Mês	R\$	Mês	R\$	Mês	R\$	Mês	R\$
-	-	Jan.	20.000,00	Jan.	20.000,00	Jan.	20.000,00	Jan.	20.000,00	Jan.	20.000,00
-	-	Fev.	20.000,00	Fev.	20.000,00	Fev.	20.000,00	Fev.	20.000,00	Fev.	20.000,00
-	-	Mar.	20.000,00	Mar.	20.000,00	Mar.	20.000,00	Mar.	20.000,00	Mar.	20.000,00
Abr.	20.000,00	Abr.	20.000,00	Abr.	20.000,00	Abr.	20.000,00	Abr.	20.000,00	-	-
Mai.	20.000,00	Mai.	20.000,00	Mai.	20.000,00	Mai.	20.000,00	Mai.	20.000,00	-	-
Jun.	20.000,00	Jun.	20.000,00	Jun.	20.000,00	Jun.	20.000,00	Jun.	20.000,00	-	-

Jul.	20.000,00	Jul.	20.000,00	Jul.	20.000,00	Jul.	20.000,00	Jul.	20.000,00	-	-
Ago.	20.000,00	Ago.	20.000,00	Ago.	20.000,00	Ago.	20.000,00	Ago.	20.000,00	-	-
Set.	20.000,00	Set.	20.000,00	Set.	20.000,00	Set.	20.000,00	Set.	20.000,00	-	-
Out.	20.000,00	Out.	20.000,00	Out.	20.000,00	Out.	20.000,00	Out.	20.000,00	-	-
Nov.	20.000,00	Nov.	20.000,00	Nov.	20.000,00	Nov.	20.000,00	Nov.	20.000,00	-	-
Dez.	20.000,00	Dez.	20.000,00	Dez.	20.000,00	Dez.	20.000,00	Dez.	20.000,00	-	-
180.000,00		240.000,00		240.000,00		240.000,00		240.000,00		60.000,00	
TOTAL					1.200.00,00						

8.2. O valor global estimado da contratação foi obtido por meio do levantamento da utilização dos serviços objeto deste projeto básico, considerando o pagamento efetivo dos serviços prestados no período de outubro de 2018 a setembro de 2019, sendo observado ainda, a variação de utilização dos serviços durante o período;

8.3. O valor global será pago parceladamente de acordo com o valor de cada publicação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis em única parcela, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo responsável, acompanhada das Certidões Negativas de Débitos Trabalhistas, Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, Certidão de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros e Certidões Negativas de Débitos Tributários da Dívida Ativa Estadual e Municipal, todas em validade, tendo o valor mensal estimado de publicações em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

9. CONTRATO

9.1. Para a formalização da contratação, a **CONTRATADA** deverá apresentar as certidões negativas de regularidade do INSS, FGTS, Secretaria da Receita Federal do Brasil, Fazenda Estadual, Prefeitura, Dívida Ativa da União e da Justiça do Trabalho, cujas validades deverão, obrigatoriamente, compreender a data da assinatura do ajuste;

9.2. O presente Projeto Básico e seus anexos serão parte integrante do contrato, além da proposta de preço para a prestação do serviço;

9.3. O contrato poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 81 da Lei nº 13.303, de 2016; e,

9.4. O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no instrumento contratual.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Além das obrigações já identificadas no item 4 e seus subitens, a **CONTRATADA** deverá executar os serviços com eficiência e presteza, dentro dos prazos e especificações constantes neste projeto básico, sendo responsabilidades da **CONTRATADA**:

10.1.1.2. Cumprir fielmente os serviços discriminados no objeto deste Projeto Básico;

10.1.1.3. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias que incidem ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os serviços contratados;

10.1.1.4. Manter a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, durante o período contratado;

10.1.1.5. Prestar esclarecimentos à **CONTRATANTE** sobre os serviços contratados sempre que necessários;

10.1.1.6. Reparar, corrigir, no total ou em parte, o objeto deste Projeto Básico em que se verificar incorreções resultantes da execução;

10.1.1.7. A **CONTRATADA** deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;

10.1.1.8. A **CONTRATADA** deverá apresentar a licença ambiental ou dispensa, caso não seja obrigada pela atividade que exerce;

10.1.1.9. A **CONTRATADA** durante a execução do contrato, deverá apresentar documento(s) que comprove(m) a prática de responsabilidade socioambiental relacionada à atividade objeto do contrato, bem como deverá empregar na prestação dos serviços, preferencialmente produtos reconhecidamente sustentáveis, se possível, com selo de comprovação.



11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da **CONTRATANTE**:

11.1.1. Utilizar os serviços unicamente para os fins estabelecidos neste Projeto Básico;

11.1.2. Cumprir todos os compromissos financeiros autorizados e assumidos com a **CONTRATADA**;

11.1.3. Notificar a **CONTRATADA**, formal e tempestivamente, sobre irregularidades observadas no cumprimento do contrato e na execução dos serviços;

11.1.4. Acompanhar e fiscalizar periodicamente a execução dos serviços constantes deste projeto básico e do contrato;

11.1.5. Pagar em separado, pela realização de serviços executados em caráter extraordinário, sempre com prévia e expressa autorização da Gerência Administrativa da AFEAM;

11.1.6. Designar o gestor para o contrato, ao qual serão incumbidas atribuições contidas neste projeto básico, bem como as funções de fiscalizar e acompanhar a execução do contrato;

11.1.7. Realizar as retenções legais, recolhendo as importâncias aos órgãos oficiais;

11.1.8. A **CONTRATANTE** priorizará, a contratação de empresas que tenham práticas de responsabilidade socioambiental.

12. DAS PENALIDADES

12.1. A **CONTRATADA** sujeitar-se-á as sanções administrativas previstas nos artigos, 82, 83 e 84 da Lei nº 13.303, de 2016.



13. DISPOSIÇÕES GERAIS


13.1. Qualquer prejuízo que venha ser submetida à AFEAM, por inexecução total ou parcial do objeto do contrato, independente de dolo ou culpa da **CONTRATADA**, deverá ser ressarcido para AFEAM, no prazo de até 48h (quarenta e oito horas) após a comunicação formal a responsável da **CONTRATADA**;

13.2. A reincidência injustificada de conduta de má-fé ou causadora de prejuízos, ensejará a rescisão contratual e demais providências legais cabíveis;

13.3. A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços objeto da presente contratação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contrato.

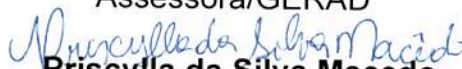
14. SETOR RESPONSÁVEL

Manaus-AM, 05 de março de 2020.


Mônica Cristina da Silva Barros
Gerente Administrativa/GERAD


Luiz Fernando Silva Júnior
Assessor/GERAD


Theanny Adriani Canizo Marques
Assessora/GERAD


Priscylla da Silva Macedo
Assessora/GERAD

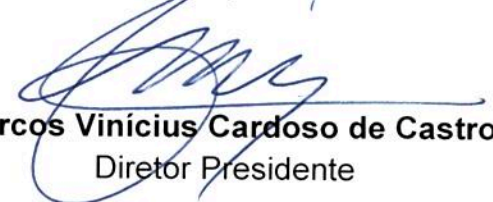
De Acordo:


Cristina Coelho da Silva
Diretora de Administração

15. DELIBERAÇÃO SUPERIOR

Aprovo o presente Projeto Básico na íntegra.

Manaus-AM, 05 de março de 2020.


Marcos Vinícius Cardoso de Castro
Diretor Presidente